

Renar Maçãs S.A.

CNPJ 86.550.951/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Enviamos para o seu conhecimento os demonstrativos econômicos e financeiros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

Mensagem da Diretoria

Em 08/10/2015, foram eleitos pelos acionistas novos conselheiros, tendo sido mantido no cargo apenas um membro independente do conselho. Em reunião realizada em 15/10/2015, o Conselho de Administração elegeu novo Diretor Presidente, cargo posteriormente extinto e substituído pela Diretoria de Controladoria e RI. Um novo Diretor Financeiro assumiu o cargo em 21/07/2015. Assim, com a exceção do conselheiro independente, os atuais administradores da companhia assumiram seus cargos a partir do final de julho de 2015.

Após o início da sua gestão, os novos administradores, identificaram imprecisões nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2013 e 31/12/2014. Com o objetivo de apurar eventuais desvios nas referidas demonstrações financeiras, a Companhia contratou a KPMG, que está conduzindo um trabalho de apuração detalhado, a fim de identificar potenciais imprecisões que possam vir a alterar a situação financeira da Companhia, conforme apresentada nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2013 e 2014. A administração da Companhia estima que o referido trabalho seja concluído no primeiro semestre do presente exercício.

Apesar dos trabalhos da KPMG ainda estarem em curso, a Diretoria em conjunto com os atuais auditores da Companhia já identificaram alguns problemas nas demonstrações financeiras apresentadas anteriormente, motivando a Companhia a realizar alguns ajustes nas referidas demonstrações financeiras, e apresentá-las simultaneamente à publicação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2015 (sem prejuízo de eventuais novas alterações que se façam necessárias após a conclusão dos trabalhos da KPMG, como a seguir reportado).

A Companhia instaurou arbitragens perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) – o que foi devidamente comunicado ao mercado por meio de fatos relevantes –, com a finalidade de: (1) ver declarada a eficácia da reconsideração (aprovada em assembleia geral ocorrida em 11/12/2015) da – ou, sucessivamente, invalidar a – aprovação das contas dos administradores referentes aos exercícios de 2013 e 2014 e primeiros trimestres de 2015, bem como da quitação concedida, antes da posse da nova administração, aos administradores por sua atuação em tais exercícios; (2) obter o ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia em virtude das irregularidades cometidas pela antiga administração; (3) ver reconhecida a nulidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre a Pomifrutas e a Pomifrai, sua controlada, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir colação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação, com a restituição dos valores indevidamente pagos em conexão com tal previsão contratual.

No primeiro semestre de 2015, o resultado financeiro da Companhia foi negativo, oriundo, em parte, da política comercial adotada pela antiga diretoria, com a venda de frutas de qualidade com preços bem abaixo da média praticada no mercado.

O segundo semestre foi marcado pela mudança na política comercial da companhia, com a implementação de um aumento da ordem de 20% em relação aos preços até então praticados. Adicionalmente, foi dada ênfase no reordenamento da estrutura de custos, na renegociação de todo o passivo e no resgate da governança da empresa, reforçando, portanto, sua credibilidade.

Produção

A safra de 2014/2015 apresentou desempenho inferior à safra anterior. Tal desempenho seria natural, dentro de uma cultura que tem por característica, após períodos de safras elevadas, redução do rendimento dos pomares nas safras seguintes. Ainda assim, a safra 2014/2015 ficou dentro dos padrões razoáveis de rendimento para uma safra, ou seja, aproximadamente 42 toneladas por hectare. Em relação à safra 2015/16, as informações prévias dão conta de que os padrões técnicos necessários para a formação das frutas foram negativamente afetados por motivos climáticos. O inverno foi extremamente quente, seguido de período intenso e longo de chuvas, o que comprometeu significativamente a disponibilidade, rendimento e qualidade da safra. Além disso, nesta safra tivemos a erradicação de 12% dos pomares próprios, em função do estrago ocasionado por forte granizo.

Comercialização Mercado Interno

A comercialização da safra 2015 teve início no mês de janeiro, somente com frutas de produção própria. A Companhia comercializou ao longo do ano de 2015, aproximadamente 32 mil toneladas, o que representa 100% de sua colheita.

Resultados Financeiros

A receita líquida ao longo do ano de 2015 foi de R\$ 37,3 milhões, uma queda de 33,5%, em compara-

ção com o ano de 2014 (R\$ 56,1 milhões). Já o volume total comercializado neste período foi de 32 mil toneladas (contra 43 mil toneladas em 2014), o que representa variação percentual negativa de 26%. No primeiro semestre de 2015, o preço médio de venda de nossas frutas (ex-industrial) foi de R\$ 1,24/kg, para uma quantidade de 13,7 mil toneladas, contra R\$ 1,75/kg para a quantidade de 16 mil toneladas no mesmo período de 2014, havendo, portanto, queda de 29% nos preços e de 14% no volume. Já no segundo semestre de 2015, o preço médio de venda de nossas frutas (ex-industrial) foi de R\$ 2,19/kg, para uma quantidade de 9,1 mil toneladas, contra R\$ 1,88/kg para uma quantidade de 16 mil toneladas em igual período de 2014, representando alta de 16% nos preços e queda de 43,4% no volume. A variação positiva de preços ao longo do segundo semestre não foi suficiente para reverter o forte resultado operacional negativo da Companhia no ano já que, da quantidade total de frutas comercializadas (ex-industrial) em 2015, 60% concentrou-se no primeiro semestre onde a empresa praticou preços 25% abaixo da média praticada no mercado.

Ao final de 2015, a Companhia registrou Prejuízo Operacional Bruto (Receita Líquida (-) Custo da Mercadoria Vendida) no montante de R\$ 7,4 milhões, equivalente a 20% da Receita Operacional Líquida. A Pomifrutas apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 10,6 milhões em 2015 (80% deste valor concentrado no primeiro semestre), com margem negativa de 28,4% sobre a receita líquida.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas financeiras e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas abatimentos referentes a desconto comercial, cuja correta classificação deveria ter sido na rubrica "Descontos e abatimentos sobre receitas", antes do resultado operacional líquido na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

Como resultado desta reclassificação dos números referentes ao exercício encerrado em 2014, o valor do EBITDA apresentado originalmente de R\$ 7,9 milhões passou a ser de R\$ 4,1 milhões. O Prejuízo Líquido em 2015 foi R\$ 31 milhões, frente a R\$ 8,5 milhões de Prejuízo Líquido em 2014. A piora nesta linha do resultado se deu, notoriamente, por conta do desempenho operacional apresentado e elevado peso das despesas financeiras.

Recursos Humanos

A Companhia apresentou, ao longo deste ano, reduções do quadro de pessoal diretamente proporcional às atividades do período de safra ou entressafra. Não se verificou um turnover significativo nos últimos anos ou alteração relevante em relação à segmentação de mão de obra segundo localização geográfica, nível educacional, produtos, investimento em treinamento, fundos de segurança ou outros planos sociais.

Investimentos

Não foram feitos investimentos no exercício de 2015.

Pesquisa e desenvolvimento

Não foram feitos investimentos no exercício de 2015.

Novos produtos e serviços

Não se aplica.

Proteção ao meio-ambiente

A empresa desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais.

Reformulações administrativas

Em 08/10/2015, foram eleitos novos membros para o Conselho de Administração, mantendo-se no cargo apenas um membro independente do conselho. Em reunião realizada em 15/10/2015, o Conselho de Administração elegeu um novo Diretor Presidente, cargo posteriormente extinto e substituído pela Diretoria de Controladoria e RI. O Diretor financeiro assumiu o cargo em 21/07/2015. Atualmente, os órgãos de administração da Companhia têm a seguinte composição:

Diretoria

Marcos Kassardjian – Diretor de Controladoria e RI

Hélio Oliveira de Azevedo – Diretor Estatutário

Conselho de Administração

Marcos Kassardjian (Presidente)

Luís Antônio López Quintans

Marcio Guedes Pereira Junior

Bruno Keesse Pinto

Rogério Pereira de Oliveira

Conselho Fiscal

Nivaldo França

Marcio Almeida Andrade

Osmar Luiz Soligo

Investimentos em controladas e coligadas

Não se aplicou no período.

Governança corporativa

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado, segmento especial da BM&FBOVESPA, que exige, como requisitos obrigatórios à inserção de companhias em tal segmento, as mais rigorosas práticas de governança corporativa no mercado de capitais.

Arbitragem

A Companhia informa que está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do artigo 44 de seu Estatuto Social.

Outros eventos Relevantes

Substituição do auditor independente

Em 15/10/2015 o Conselho de Administração aprovou a substituição do auditor independente da empresa, de forma a aprimorar as práticas contábeis da Companhia, em relação àquelas verificadas por ocasião do ingresso da nova Diretoria.

Alteração da denominação social

Em 11/12/2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a alteração da sua denominação social para Pomifrutas S.A. Tal decisão está em linha com o novo posicionamento estratégico da empresa, que objetiva, no médio prazo, a diluição de risco e a obtenção de retornos consistentes através da operação diversificada no mercado de frutas.

Aumentos de capital

Em virtude da situação financeira da companhia, decorrente essencialmente das questões abordadas anteriormente, foram aprovados aumentos de capital da Companhia:

- em Reunião do Conselho de Administração de 24/04/2015 (com parecer favorável do Conselho Fiscal), de, no mínimo, R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais); e
- em Reunião do Conselho de Administração de 24/02/2016 (com parecer favorável do Conselho Fiscal), de, no mínimo, R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais).

Em ambos os casos, optou-se pela subscrição privada de ações, assegurado o direito de preferência dos acionistas na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Tais recursos têm por objetivo, prioritariamente, o reforço do capital de giro, a melhoria do perfil de endividamento, o pagamento de débitos com fornecedores e a quitação de dívidas da Companhia.

Desempenho das Ações

As ações RNAR3 em 30/12/2014 estavam cotadas no fechamento do pregão a R\$ 3,23 e, em 31/12/2015, as ações FRTA3 (novo código de negociação das ações da Companhia) estavam cotadas a R\$ 3,66. A variação positiva do período foi de 13,31%.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento ao disposto no art. 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratou a BDO RCS Auditores Independentes S.S., nem tampouco a Verdus Auditores Independentes (que sucedeu a BDO na função de auditor independente), para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o auditor independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base nas seguintes premissas: o auditor independente não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Pomifrutas S.A. declara, nos termos do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Verdus Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros

O foco da gestão da Companhia esta direcionado ao resgate da credibilidade perante o mercado, e tem como linha de atuação as seguintes prioridades: (a) renegociação do passivo; (b) redução de custos e diversificação do risco da operação;(c) geração de resultado operacional positivo.

Agradecimentos

Finalmente, a atual administração manifesta seu mais profundo agradecimento a seus colaboradores, fornecedores, funcionários e às instituições financeiras e acionistas que nos honram com seu trabalho e confiança.

Fraiburgo, 30 de março de 2016.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013		2015	2014	2013	2015	2014	2013
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
CIRCULANTE							CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	100	85	1.149	314	126	1.680	Fornecedores (nota 15)	7.532	2.925	6.884	8.794	6.232	7.330
Clientes (nota 6)	1.442	2.229	2.554	1.441	2.270	2.409	Salários e encargos sociais	3.071	2.946	2.678	3.134	3.093	2.769
Estoques (nota 7)	14.503	13.544	11.543	15.085	14.428	12.334	Obrigações tributárias	1.111	808	1.458	2.046	1.750	7.818
Tributos a recuperar (nota 8)	198	195	9	1.326	822	326	Adiantamentos de clientes	282	284	282	324	327	334
Adiantamentos (nota 9)	2.022	186	533	3.828	412	645	Empréstimos e financiamentos (nota 16)	22.047	5.760	15.245	53.069	11.448	19.898
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	5.640	16.494	5.326	14.584	27.656	22.161	Partes relacionadas (nota 17)	29.390	29.875	17.501	6.937	-	-
Outras contas a receber	17	239	544	22	239	1.928	Outras obrigações	5.449	9.196	1.104	9.344	13.311	2.565
Despesas antecipadas	581	351	624	1.380	756	647	Parcelamento de tributos (nota 19)	2.056	1.962	-	2.206	2.203	-
Total do ativo circulante	24.503	33.323	22.282	37.980	46.709	42.130	Total do passivo circulante	70.938	53.756	45.152	85.854	38.364	40.714
NÃO CIRCULANTE							NÃO CIRCULANTE						
Depósitos judiciais (nota 11)	429	259	289	1.421	1.251	1.281	Empréstimos e financiamentos (nota 16)	238	12.178	14.147	238	34.804	39.104
Tributos a recuperar (nota 8)	3.675	4.607	5.944	3.675	4.621	11.208	Tributos diferidos sobre reavaliação (nota 20)	3.523	3.594	4.169	9.569	10.098	11.300
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	2.887	2.888	5.011	2.887	3.395	5.025	Provisão para contingências (nota 18)	1.253	317	452	1.353	448	583
Outras contas a receber	5	5	5	39	39	64	Provisão para preço mínimo de ações (nota 18)	3.152	1.766	2.687	3.152	1.766	2.687
Despesas do exercício seguinte	1.658	2.363	-	4.819	5.985	-	Outras obrigações	1.021	1.550	2.149	4.318	5.371	2.329
Investimentos (nota 12)	26.915	37.802	40.728	-	-	-	Parcelamento de tributos (nota 19)	2.731	4.053	-	3.559	4.851	-
Propriedade para investimento (nota 13)	17.541	-	-	17.541	-	-	Total do passivo não circulante	11.918	23.458	23.604	22.189	57.338	56.003
Imobilizado (nota 14)	7.261	23.050	29.925	41.497	60.581	72.245	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 21)						
Intangível	49	77	96	251	281	288	Capital social	133.173	127.174	126.986	133.173	127.174	126.986
Total do ativo não circulante	60.420	71.051	81.998	72.130	76.153	90.111	Reserva de reavaliação	6.546	6.654	7.740	6.546	6.654	7.740
TOTAL DO ATIVO	84.923	104.374	104.280	110.110	122.862	132.241	Reservas de lucros	35	35	35	35	35	35
							Prejuízos acumulados	(137.687)	(106.703)	(99.237)	(137.687)	(106.703)	(99.237)
							Total patrimônio líquido	2.067	27.160	35.524	2.067	27.160	35.524
							TOTAL DO PASSIVO	84.923	104.374	104.280	110.110	122.862	132.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Venda de mercadorias	33.203	39.755	37.969	58.801
Venda de polpa	653	-	1.072	1.083
Venda de serviços	1.203	536	1.212	550
Receita bruta	35.059	40.291	40.253	60.434
Devoluções e abatimentos	(1.576)	(2.800)	(1.679)	(3.060)
Impostos	(1.174)	(1.186)	(1.222)	(1.318)
Deduções	(2.750)	(3.986)	(2.901)	(4.378)
RECEITA LÍQUIDA	32.309	36.305	37.352	56.056
Custo das mercadorias e serviços	(34.711)	(27.334)	(44.791)	(44.307)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(2.402)	8.971	(7.439)	11.749
Despesas comerciais e de distribuição	(1.239)	(2.588)	(1.304)	(2.438)
Despesas gerais e administrativas	(5.771)	(8.898)	(6.811)	(11.426)
Outras receitas e despesas operacionais	391	133	196	300
Receitas e despesas operacionais líquidas	(6.619)	(11.353)	(7.919)	(13.564)
Despesas financeiras	(5.779)	(4.991)	(10.847)	(10.027)
Receitas financeiras	125	237	340	302
Resultado financeiro líquido (nota 23)	(5.654)	(4.754)	(10.507)	(9.725)
Despesa com provisão de preço mínimo ações (nota 18.4)	(1.386)	(3.130)	(1.386)	(3.130)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 12)	(10.888)	(3.289)	-	-
Outras receitas (despesas) (nota 24)	(4.214)	4.730	(4.370)	5.433
Outras receitas e despesas	(16.488)	(1.689)	(5.756)	2.303
PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	(31.163)	(8.825)	(31.621)	(9.237)
IRPJ e CSLL	-	(302)	-	(302)
IR e CS DIFERIDOS				

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado do Exercício	(31.092)	(8.552)	(31.092)	(8.552)
Ajuste do Resultado das Disponibilidades Geradas na Atividade Operacional				
Depreciação e Amortização	1.323	2.064	4.754	5.871
Baixa de Bens do Imobilizado	2	13.446	109	19.755
Equivalência Patrimonial	10.888	3.289	-	-
Redução (aumento) nos estoques	(959)	(2.001)	(657)	(2.094)
Redução (aumento) nos adiantamentos a fornecedores	(1.836)	347	(3.416)	233
Redução (aumento) nos tributos a recuperar	929	1.151	442	6.091
Aumento em Partes Relacionadas	-	-	-	-
Redução (aumento) em depósitos judiciais	(170)	30	(170)	30
Redução (aumento) nos direitos realizáveis	8.288	(8.739)	11.009	(2.278)
Aumento (redução) em fornecedores	4.607	(3.961)	2.562	(1.098)
Aumento (redução) em Tributos Diferidos	(71)	(575)	(529)	(1.202)
Aumento (redução) provisão para preço mínimo ações	1.385	(921)	1.385	(921)
Aumento (redução) em outras contas a pagar e provisões	(7.181)	25.003	7.627	14.956
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	(10.070)	18.817	(12.365)	24.963
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(260)	(8.616)	(501)	(13.955)
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Investimentos	(260)	(8.616)	(501)	(13.955)
Atividades de Financiamentos				
Aumento (redução) de Empréstimos e Financiamentos	4.346	(11.453)	7.055	(12.750)
Aumento de Capital	5.999	188	5.999	188
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Financeiras	10.345	(11.265)	13.054	(12.562)
Redução de Caixa e equivalentes de caixa	15	(1.064)	188	(1.554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	85	1.149	126	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	100	85	314	126
	15	(1.064)	188	(1.554)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
1- RECEITAS				
Vendas de Mercadorias e Serviços	35.059	40.291	40.254	60.434
Resultados não Operacionais	(2.170)	1.733	(2.209)	2.603
32.889	42.024	38.045	63.037	
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo das Matérias-Primas, Mercadorias e Serviços	12.066	1.753	20.005	15.289
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	5.347	8.290	5.744	9.012
Demais Custos	952	466	1.007	510
18.365	10.509	26.756	24.811	
14.524	31.515	11.289	38.226	
3- VALOR ADICIONADO BRUTO				
4- RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	1.323	2.064	4.754	5.871
1.323	2.064	4.754	5.871	
13.201	29.451	6.535	32.355	
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA				
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	125	237	340	302
Outros -Resultado Equivalência Patrimonial	(10.888)	(3.289)	-	-
	(10.763)	(3.052)	340	302
2.438	26.399	6.875	32.657	
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
Pessoal e Encargos				
Remuneração direta	16.156	15.700	16.476	16.035
Benefícios	3.870	3.662	3.877	3.666
F.G.T.S.	1.717	1.440	1.760	1.470
Outros	1.164	956	1.134	956
22.907	21.758	23.247	22.127	
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	1.039	929	601	538
Estaduais	98	9	145	140
Municipais	118	167	137	189
1.255	1.105	883	867	
Outras				
Juros e Aluguéis	7.982	8.958	12.451	15.085
Garantia de Preço Mínimo sobre Ações	1.386	3.130	1.386	3.130
Resultado do Exercício - Prejuízo	(31.092)	(8.552)	(31.092)	(8.552)
(21.724)	3.536	(17.255)	9.663	
2.438	26.399	6.875	32.657	
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015, 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Renar Maçãs S.A. ("Companhia") foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais. A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

Em 2 de dezembro de 2009 a Renar Maçãs S.A. e a Pomifrai Fruticultura S.A. firmaram um Acordo de Incorporação, visando viabilizar a associação estratégica entre as Companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai Fruticultura S.A. pela Renar Maçãs S.A., nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.404/76 ("Associação Estratégica").

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maçãs S.A., em reunião realizada em 2 de dezembro de 2009.

Em 28 de setembro de 2010 a Companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv) aprovou a incorporação de ações, convertendo a Pomifrai Fruticultura S.A. em subsidiária integral da Renar Maçãs S.A., nos termos do artigo 252 da lei no 6.404/76, e conforme estabelecido no protocolo e justificativa, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da Renar Maçãs S.A. para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai Fruticultura S.A. a ser incorporada ("Relação de Substituição"), totalizando uma emissão pela Companhia de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações").

Em 17 de janeiro de 2014, a Pomifrai Fruticultura S.A. incorporou 100% da Pomifrai Alimentos S.A. conforme Protocolo de intenções de incorporação firmado em 18 de novembro de 2013. Ata da AGE e 8ª alteração contratual da Pomifrai Alimentos S.A., todos os atos registrados junto a JUCESC em 17 de janeiro de 2014. Com isso a empresa Pomifrai Alimentos S.A. deixa de existir e todas as suas operações passaram a ser da Pomifrai Fruticultura S.A.

Em 8 de outubro de 2015, um novo grupo de acionistas assumiu o controle da Companhia, elegendo, nessa mesma data, novos conselheiros, mantendo no cargo apenas o membro independente do conselho. Em reunião realizada em 15 de outubro de 2015, o Conselho de Administração elegeu, por prazo temporário, novo Diretor Presidente. O novo Diretor financeiro assumiu o cargo em 21 de junho de 2015. A nova administração vem se dedicando no sentido de aperfeiçoar a área de controles internos, considerando o porte da Companhia e a baixa complexidade de suas operações. Nesse sentido, a nova administração atua para que o sistema de controles internos seja estruturado para assegurar a efetividade das operações da Companhia, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis.

A administração também está implementando ações que tem por objetivo a melhoria da atual situação financeira e econômica da Companhia, como por exemplo a adequação da estrutura da Companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S.A., reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2015/2016, implantação do orçamento setorial para o exercício de 2016, visando aumento de controle e a redução dos gastos e reestruturação do perfil da dívida da Companhia, garantindo a fomentação (formação) da próxima safra, bem como o equilíbrio financeiro da Companhia. Em 11 de dezembro de 2015, por meio da Ata da 62ª Assembleia Geral Extraordinária, a Administração aprova aumento do capital social da Companhia no Estatuto Social para R\$133.173.480,00 (cento e trinta e três milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), representado por 9.093.745 (nove milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO**3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2016.

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir: **Reclassificação de desconto comercial, indevidamente classificados nas rubricas de "Despesas financeiras"**.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas financeiras, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas abatimentos referentes a desconto comercial, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Descontos e abatimentos sobre receitas", antes do resultado operacional líquido na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas. **Reclassificação de despesas de juros indevidamente classificadas como "despesas operacionais e administrativas"**.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Provisão para perdas com glosas de créditos tributários de PIS e Cofins

A Companhia auferir créditos tributários de PIS e Cofins em suas operações, e utiliza esses créditos no abatimento das obrigações tributárias a pagar. Entretanto, historicamente, parte desses créditos são glosados pelos órgãos reguladores competentes. As informações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (balanço patrimonial e resultado do exercício), originalmente apresentados, não continham provisão para perdas referentes a essas glosas. Assim, foram constituídas as devidas provisões nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Baixa de contas a receber sem perspectiva de realização

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica "Outras contas a receber" saldos que não possuíam perspectiva de realização no valor de R\$105 no ativo circulante e R\$22 no ativo não circulante. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Provisão para perdas de ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica "Outras contas a receber" o valor de R\$90, referente a contingências ativas. Embora a expectativa de ganho sustentada pelos assessores jurídicos seja classificada como "provável êxito", referidos ativos não atendem a todos os requisitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Provisão para depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica "Depósitos judiciais" o valor de R\$63, referente a discussão judicial de ICMS, não provisionados no passivo circulante "Provisão para contingências". Adicionalmente, a controlada mantinha na mesma rubrica do ativo "Depósitos judiciais" o valor de R\$ 929, referente a discussão sobre a contribuição Funrural, e provisão no passivo circulante "Provisão para contingências" no valor de R\$803, ou seja, passivo registrado a menor no valor de R\$126. Embora a expectativa de ganho sustentada pelos assessores jurídicos seja de "provável êxito", de acordo com as premissas do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, referidos ativos devem ter as provisões correspondentes no passivo. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Provisão para perdas de créditos tributários sem perspectiva de realização

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica "Impostos a recuperar" o valor de R\$421, referentes a créditos tributários de IPI presumido, não compensado por ser discutido judicialmente. Embora a expectativa de ganho sustentada pelos assessores jurídicos seja de "provável êxito", referido ativo não atende a todos os requisitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Ajuste a valor de realização de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica "Alienações de bens do imobilizado" contas a receber referente a venda de terreno no qual foi concedido desconto ao cliente no valor de R\$586, tendo em vista a existência de incorreções na metragem inicial do terreno atribuída a negociação com terceiro. Assim, a Companhia registrou referido desconto no saldo a receber nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante			
Tributos a Recuperar	1.434	(612)	822
Alienação de Bens do Imobilizado	28.242	(586)	27.656
Outras Contas a Receber	344	(105)	239
30.020	(1.303)	28.717	
Ativo não circulante			
Tributos a Recuperar	6.263	(1.642)	4.621
Outras Contas a Receber	152	(113)	39
6.415	(1.755)	4.660	
Passivo e patrimônio líquido			
Obrigações Tributárias	1.624	126	1.750
Provisão para Contingências	386	63	449
Prejuízos acumulados	(103.456)	(3.247)	(106.703)
(101.446)	(3.058)	(104.504)	
Resultado			
Devoluções e abatimentos	(510)	(2.550)	(3.060)
Despesas comerciais e de distribuição	(3.502)	1.064	(2.438)
Despesas financeiras	(11.513)	1.486	(10.027)
(15.525)	-	(15.525)	

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir:

Reclassificação de desconto comercial, indevidamente classificados nas rubricas de "Despesas financeiras".

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas financeiras, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas abatimentos referentes a desconto comercial, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Descontos e abatimentos sobre receitas", antes do resultado operacional líquido na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia auferir créditos tributários de PIS e Cofins em suas operações, e utiliza esses créditos no abatimento das obrigações tributárias a pagar. Entretanto, historicamente, parte desses créditos são glosados pelos órgãos reguladores competentes. As informações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (balanço patrimonial e resultado do exercício), originalmente apresentados, não continham provisão para perdas referentes a essas glosas. Assim, foram constituídas as devidas provisões nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica "Despesas financeiras", no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado. Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia e de sua controlada.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e alugueis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4 CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5 ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Sob este aspecto, anteriormente todo o montante apurado de custos era agregado ao estoque e baixado/calculado conforme sua venda mensal, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem).

4.6 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar. A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciáveis, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6.404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICP 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

Em virtude dos ativos da Companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastro e Gerenciamento Patrimonial Ltda. qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender os CPC – 01 e 27. Em relação ao Pronunciamento CPC01 – Redução ao valor recuperável de ativos, foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade do registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível alienação de ativo imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado (saldo residual). O Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual determina que o método de depreciação utilizado pela Companhia deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo, foi atendido.

Em junho de 2014 a Companhia contratou os serviços da empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda.com a finalidade de atender a Lei 11.638/07 – CPC 27 e CPC 04 quanto a estimativa de vida útil e determinação da taxa de depreciação contábil, para os ativos imobilizados, exceto biológicos. Foram aplicados os procedimentos e não foi constatada a necessidade de ajustes.

Em dezembro de 2015 a Companhia contratou os serviços da empresa especializada Actual Inteligência para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob as condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração não identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização do imobilizado, assim como dos bens registrados na rubrica "Propriedade para investimento".

4.8 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no

resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

4.9 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

4.10 AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4.11 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4.13 LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

4.14 CONVERSÃO DE AÇÕES

Na AGE 59ª de 1º de outubro de 2014, aprovado, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para grupamento de ações da Companhia, à razão de 20 para 1, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A., bem como que as frações de ações detidas por acionistas da Companhia, como resultado do grupamento, sejam complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente pelo acionista controlador da Companhia, a EFC Participações S.A., de forma que cada acionista da Companhia recebeu a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

Na ocasião, a Companhia possuía 151.875.000 ações ordinárias emitidas e em circulação antes do grupamento. Após a conclusão do grupamento das ações ordinárias aprovada na AGE, ficou 7.593.750 ações ordinárias emitidas e em circulação.

4.15 AUMENTO DE CAPITAL (em reais)

Aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de abril de 2015, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de no mínimo R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e no máximo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante emissão para subscrição privada de no mínimo 900.000 (novecentos mil) e no máximo 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Foi homologado parcialmente, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de junho de 2015, o Aumento de Capital no valor de R\$5.999.980,00 (cinco milhões novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta reais), mediante emissão de 1.499.995 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco) de um total de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação. Em decorrência ao Aumento de Capital parcialmente homologado, o capital social da Companhia passou de R\$127.173.500,00 (cento e vinte e sete milhões cento e setenta e três mil e quinhentos reais), representado por 7.593.750 (sete milhões quinhentos e noventa e três mil, setecentas e cinquenta) ações ordinárias para R\$133.173.480,00 (cento e trinta e três milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais) representado por 9.093.745 (nove milhões, noventa e três mil, setecentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. A homologação é parcial tendo em vista que a reunião do Conselho de Administração que aprovou o Aumento de Capital dispôs que este seria de no mínimo R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e no máximo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante emissão, para subscrição privada de no mínimo 900.000 (novecentos mil) e no máximo 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação.

A administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral de acionistas a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o novo capital social da Companhia.

4.16 NOVAS INTERPRETAÇÕES NÃO ADOTADAS

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pela IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia e sua controlada pretendem adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- Entidades de Investimentos (Revisões de IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27);
- IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32;
- IFRIC 21 - Tributos;
- IAS 39 - Renovação de Derivativos Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão.
- IAS 19 – Benefícios a empregados
- IAS 27 – Demonstrações separadas

A Administração entende que a adoção desses pronunciamentos não trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada.

4.17 DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.18 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	10	9	15	14
Banco conta movimento	90	76	294	107
Aplicações financeiras	-	-	5	5
	100	85	314	126

A aplicação financeira, registrada na controlada, no Banco do Brasil S.A é remunerada a taxa do CDI (90%).

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Duplicatas a receber	2.902	6.432	4.756	8.477
Duplicatas descontadas - Bancos	(225)	(1.372)	(656)	(2.014)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.235)	(2.831)	(2.659)	(4.193)
	1.442	2.229	1.441	2.270

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	1.421	2.896	1.851	3.526
Vencidas				
Até 30 dias	178	636	178	691
31 a 60 dias	59	9	59	9
61 a 90 dias	9	48	9	48
91 a 180 dias	33	4	33	5
a mais de 180 dias	1.202	2.839	2.626	4.198
	2.902	6.432	4.756	8.477

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	(2.831)	(2.831)	(4.193)	(4.231)
Adições	(119)	-	(181)	-
Recuperações	1.715	-	1.715	38
	(1.235)	(2.831)	(2.659)	(4.193)

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia revisou a expectativa de recebimento de seus títulos em aberto, e alterou seu critério de provisão para devedores duvidosos, passando a considerar como "possível perda" os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos em formação (safra da maçã)	12.624	10.965	12.624	10.965
Material consumo e reposição	1.497	2.304	2.078	2.872
Outros	278	-	278	22
Polpa congelada	88	-	89	294
Maçãs próprias	16	275	16	275
	14.503	13.544	15.085	14.428

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial (na sua maioria vendida diretamente do pomar para a indústria), passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo. Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação, do Packing House.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

Conforme se previa, os dados da conclusão da safra 2014 e 2015 apontam para uma leve redução na quantidade total colhida pelos produtores brasileiros, de 1,7 milhões de toneladas referentes aos anos de 2013 e 2014, para 1,6 milhões referentes aos anos de 2014 e 2015 (segundo dados CEPEA/USP-ABPM). A finalização da colheita da Companhia apontou para dados em linha com os de mercado, queda na produção total devido a bianualidade inerente aos pomares de maçã.

Assim, a Administração entende que o comportamento do mercado de maçãs em 2015 deve estar em linha com o histórico, apresentando preços inferiores no primeiro semestre, e patamares melhores no segundo semestre.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Cofins	-	-	1.153	574
IRPJ	133	47	222	136
PIS	-	-	200	63
CSLL	47	133	86	171
IRRF sobre aplicação financeira	15	15	56	57
Contribuição social sobre lucro	3	-	15	12
(-) Provisão de glosas	-	-	(406)	(191)
	198	195	1.326	822
Não Circulante				
Cofins	3.702	4.550	3.702	4.550
Pis	929	924	929	924
Icms	433	775	433	789
(-) Provisão de glosas	(1.389)	(1.837)	(2.715)	(2.464)
	3.675	4.607	3.675	4.621

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	2.558	653	4.364	874
Adiantamento de férias	26	86	26	87
Adiantamento de viagens	8	14	8	14
Adiantamento a funcionários	-	3	-	7
Provisão para perdas	(570)	(570)	(570)	(570)
	2.022	186	3.828	412

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com

de ativo imobilizado no valor de R\$2.772. Com isso, foi realizado o estorno contábil dessa operação, sendo que o referido terreno foi novamente registrado na rubrica "Propriedade para investimento" pelo seu valor contábil à época, uma vez que pertenciam à antiga sede da Companhia. Maiores detalhes sobre a rubrica "propriedade para investimento" estão contidos na nota explicativa nº13.

Controlada		Vencimento Final	Valor Original Venda	Saldo 2015
Pomifrai Fruticultura Terreno ou Imóveis	Forma de recebimento			
Área de 1.359.251,00 m2	300 mil reais através de transferência bancária 200 mil reais crédito COOCAM	31/12/2014	1.900	146
	450 mil reais entrega floresta de pinus e 950 mil reais financiamento BRDE			
Área de 1.200.203,70 m2	800 mil reais através de transferência bancária	31/12/2014	2.420	816
Área de 544.590,93 m2	420 mil reais entrega floresta de pinus e 1.200 mil reais financiamento BRDE			
Área de 600.101,85 m2	1.020 mil reais quando da outorga da escritura pública do imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus.	31/12/2014	1.020	1.020
Área de 600.101,85 m2	170 mil reais, na data da assinatura do contrato. 170 mil reais, 30 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 60 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 90 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 120 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 150 dias da assinatura do contrato.	31/12/2014	1.020	510
Área de 1.234.200,00 m2	2.322 mil reais através de transferência bancária	31/12/2014	12.772	538
Área de 1.234.200,00 m2	1.197 mil reais crédito COOCAM			
Área de 1.234.200,00 m2	2.339 mil reais condicionado a anuência do interveniente anuente			
Área de 3.785.538,00 m2	6.914 mil reais financiamento BRDE			
Área de 347.764,49 m2				
Área de 253.716,23 m2				
Área de 1.125.721,00 m2				
Área de 2.172.652,00 m2	5.900 mil pgto dívida Banco Safra, Bradesco	20/09/2014	20.700	1.900
Área de 5.749.119,18 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 50.368,41 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 803.129,21 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 96.800,00 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 131.000,00 m2				
Área de 119.500,00 m2				
Área de 522.954,00 m2				
Área de 2.172.652,00 m2	3.000 mil na assinatura da escritura definitiva	31/12/2015	6.000	3.000
Área de 50.368,41 m2				
Área de 803.129,21 m2				
Área de 96.800,00 m2				
Área de 119.500,00 m2				
Área de 522.954,00 m2				
Área de 1.190.000,00 m2	1 mil reais mediante transferência bancária 16/jul/14	31/12/2015	2.400	800
	800 mil reais mediante transferência bancária 30/mar/15			
	600 mil reais mediante transferência bancária 30/mar/16			
	800 mil reais mediante transferência bancária 01/jul/14	31/12/2015	2.100	800
Área de 967.770,00 m2				(586)
(-) Desconto de medições			50.332	8.944

Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante	5.640	16.494	14.584	27.656
Não Circulante	2.887	2.888	2.887	3.395
	8.527	19.382	17.471	31.051

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Funrural	-	-	929	929
Depósitos judiciais - CVM	292	133	292	133
Depósito Judicial Badesc	132	119	132	119
Celesc/Demanda	-	-	63	63
Depósitos para demandas trabalhistas	5	5	5	5
Depósitos para demandas tributárias	-	2	-	2
	429	259	1.421	1.251

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras. De acordo com posicionamento dos assessores jurídicos, a chance de êxito da Companhia nessa demanda é "possível". A Companhia mantém provisão integral deste montante na rubrica "provisão de contingências" no passivo não circulante.

Depósitos judiciais - CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$ 119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

12 INVESTIMENTOS

O saldo de R\$26.915 (R\$37.802 em 2014) registrado na "controladora" se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$10.888 (R\$3.289 em 2014).

13 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.541. Pelo fato da Companhia não estar utilizando esse imóvel em suas atividades operacionais, e conforme decisão da administração, referido imóvel (que atualmente está dado em garantia no Empréstimo junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE) será disponibilizado para venda. Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia procedeu a avaliação contábil deste imóvel, e verificou que em 31 de dezembro de 2015 o valor contábil não excedia o valor justo (valor de mercado) do mesmo, não sendo necessário, portanto, constituição de provisão para impairment.

14 IMOBILIZADO

Em dezembro de 2015 a Companhia contratou os serviços da empresa especializada Actual Inteligência para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda. Com base nesta avaliação, não houve necessidade de constituição de provisão para Impairment nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10, pois não foram identificados eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos possa não ser recuperável por venda em circunstâncias normais de mercado.

Controladora

	Saldo 2014	Adições 2015	Transfe-rências 2015	Baixas 2015	Depre-ciação 2015	Resi-dual 2015
Imobilizado Próprio em Operação	11.478	222	-	(4.587)	(1.047)	6.066
Edificações	5.116	-	-	(4.542)	(135)	439
Benfeitorias	433	44	-	-	(59)	418
Culturas Permanentes	3.948	-	-	-	(491)	3.457
Maquinas e Equipamentos	1.533	80	-	(1)	(165)	1.447
Câmaras Frigoríficas	211	-	-	(44)	(165)	2
Veículos e Tratores	157	78	-	-	(16)	219
Móveis e Utensílios	80	20	-	-	(16)	84
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28	-	-	(2)	26	26
Vestibário/Banheiros Vacaria	28	-	-	(2)	26	26
Imobilizações em andamento	-	30	-	(1)	-	29
Benfeitorias	-	30	-	(1)	-	29
Reavaliações	11.544	-	(10.165)	(239)	1.140	1.140
Terrenos	3.551	-	-	(3.178)	-	373
Edificações e Benfeitorias	7.764	-	-	(6.987)	(209)	568
Culturas Permanentes	229	-	-	-	(30)	199
	23.050	252	-	(14.753)	(1.288)	7.261

Consolidado

	Saldo 2014	Adições 2015	Transfe-rências 2015	Baixas 2015	Depre-ciação 2015	Resi-dual 2015
Imobilizado Próprio em Operação	27.426	409	-	(4.645)	(2.831)	20.359
Terrenos	64	-	-	-	-	64
Edificações	12.807	-	-	(4.542)	(494)	7.771
Benfeitorias	454	210	-	-	(74)	590
Culturas Permanentes	8.200	-	-	(58)	(1.267)	6.875
Maquinas e Equipamentos	5.160	101	-	(1)	(754)	4.506
Câmaras Frigoríficas	211	-	-	(44)	(165)	2
Veículos e Tratores	372	78	-	-	(46)	404
Móveis e Utensílios	158	20	-	-	(31)	147
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28	79	-	(50)	(1)	56
Vestibário/Banheiros Vacaria	28	79	-	(50)	(1)	56
Imobilizações em andamento	207	-	(1)	-	-	206
Benfeitorias	93	-	-	(1)	-	92
Florestas em formação	114	-	-	-	-	114
Reavaliações	11.544	-	(10.165)	(239)	1.140	1.140
Terrenos	3.551	-	-	(3.178)	-	373
Edificações e Benfeitorias	7.764	-	-	(6.987)	(209)	568
Culturas Permanentes	229	-	-	-	(30)	199
Ajuste Patrimonial	21.376	-	-	(1.640)	19.736	19.736
Terrenos	568	-	-	-	-	568
Edificações	2.030	-	-	(109)	1.921	1.921
Benfeitorias	1	-	-	-	-	1
Maquinas e Equipamentos	6.286	-	-	(811)	5.475	5.475
Câmaras Frigoríficas	11.544	-	-	(565)	10.979	10.979
Veículos e Tratores	920	-	-	(150)	770	770
Móveis e Utensílios	27	-	-	(5)	22	22
	60.581	488	-	(14.861)	(4.711)	41.497

Plano de desmobilização de ativos

Foi aprovado, por deliberação do Conselho de Administração em reunião ocorrida em 13 de novembro de 2012, plano de desmobilização e alienação de bens do ativo imobilizado – em especial, imóveis e terrenos rurais de titularidade da Companhia. Na ocasião, autorizou-se a Diretoria, mediante a assinatura de dois diretores, a conduzir negociação e venda para interessados na aquisição dos imóveis objeto das matrículas: 592, 1156, 1157, 1542, 1570, 1696, 2208, 7262.

Em nova deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 24 de outubro de 2013, foi aprovado novo plano de desmobilização e alienação de bens do ativo imobilizado, autorizando-se a Diretoria, mediante a assinatura de dois diretores, a conduzir negociação e venda para interessados na aquisição do imóvel objeto da matrícula 5.588.

Plano de desmobilização de ativos (continuação)

Em outras reuniões do Conselho de Administração, foi aprovada a alienação pontual de outros ativos imobiliários da Companhia.

A alienação de tais bens teve por finalidade a redução do passivo da companhia e foi refletida nas demonstrações financeiras que se seguiram à aprovação dos planos de desmobilização e alienação de ativos.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	3.998	881	-	-
Fornecedores matriz	2.595	1.293	7.672	5.111
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	750	750	761	761
Provisão para juros sobre títulos em atraso	186	-	359	358
Outros fornecedores	3	1	2	2
	7.532	2.925	8.794	6.232

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores são: embalagens - 45 dias, manutenção e outros - 30 dias, e para a grande maioria dos contratos de prestação de serviços - 30 dias.

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. Referido contrato teve seu vencimento em junho de 2014, tendo sido renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores:

Controladora

Renar Maçãs S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo 2015	Saldo 2014
Bancos Comerciais/GIRO - NBC Bank	NP / A val	14,74%	jun/14	280	338
Bancos Comerciais/GIRO - BRB	Títulos	3,5% a.m.	-	6	-
Bancos Comerciais/GIRO - OPINIAO S/A	Cheques	-	-	2.000	-
Bancos Comerciais/GIRO - Brasil	Títulos	3,5% a.m.	-	79	-
BRDE/Renegociação	Imóveis	8,53%	nov/21	16.649	16.904
BRADESCO - FINAME VEÍCULO	Alienação de Bens	1,12%	ago/18	-	-
BRADESCO - CDC VEÍCULOS	Alienação de Bens	22,42%	-	117	25
B. DAYCOVAL S/A	Alienação de Bens	0,5 a.m + CDI	fev/16	1.999	-
B. DAYCOVAL S/A	Duplicatas	0,5 a.m + CDI	set/16	407	-
Outros	Imóveis	1,20% a 22,52	Até out/25	748	673
Total de Empréstimos e Financiamentos				22.285	17.938
Parcela no Circulante				22.047	5.760
Parcela no Não Circulante				238	12.178

Em 31 de dezembro de 2015, o montante não circulante na Controladora tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em Milhares de reais
Após 2017	22.047

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual	Vencimento Final	Saldo 2015	Saldo 2014
PESA - BESC S/A	Imóveis	3,26%	out/22	200	72
PESA - BADESCO S/A	Imóveis	2,08%	ago/18	23	11
PESA - BRADESCO S/A	Imóveis	4,58%	ago/18	78	187
BRDE - SC - REPARCELAMENTO	Imóveis	8,61%	nov/21	30.721	28.044

Total de Empréstimos e Financiamentos

Parcela no Circulante	31.022	28.314
Parcela no Não Circulante	31.022	5.688
	238	22.626

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidado	Saldo 2015	Saldo 2014
Parcela no Circulante	53.069	11.448
Parcela no Não Circulante		

18.2 Contingências cíveis

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 2014	(150)	(175)
Constituição	(478)	(478)
Reversões	-	-
Saldo em 2015	(628)	(653)

Em 31 de dezembro de 2015, a controladora é parte em 36 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (10 remotas, 5 possíveis), e 21 ações como réu (9 remotas, 12 possíveis), acrescida de 9 ações cíveis na controlada, sendo 6 ações que figura como autora (2 remotas e 4 prováveis) e 3 ações como réu (2 remota e 1 possível). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora como autora o montante de R\$ 623 cujo ganho é considerado possível, e R\$ 5 como ganho provável. Na Controlada temos o montante de R\$ 91 cujo ganho é considerado provável.

18.3 Contingências tributárias

A Companhia discute diversas ações tributárias nas quais figura como "polo ativo". Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui provisão no montante de R\$61 no consolidado, referente a contrapartida de depósito judicial para uma discussão de ICMS.

18.4 Provisão para garantia de preço mínimo de ações**Garantia de Preço Mínimo (em reais)**

A relação de troca das ações de emissão de Pomifrai por novas ações estabelecidas na Clausula I do Acordo de Incorporação foi estabelecida considerando-se em preço mínimo estimado da totalidade das ações de emissão da Pomifrai no valor total de R\$ 30.000.000,00, ou R\$ 1,00 por ação de emissão da Pomifrai.

Desta forma, caso ao final do prazo de 3 anos, contados da data de aprovação de incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Novas Ações, com exceção das Ações Vinculadas –, qualquer dos Controladores Pomifrai tenha, de boa-fé, alienado Novas Ações (menos as Ações Vinculadas) por este recebido quando de Implantação da Incorporação, e/ou 5 anos contados da data de Aprovação da Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Ações Vinculadas –, e o preço bruto médio de venda por Nova Ação alienada por tal controlador Pomifrai, em qualquer dos períodos, tenha sido inferior a R\$ 1,00, a Companhia pagará a tal controlador Pomifrai o valor equivalente, à diferença entre o preço bruto médio por Nova Ação alienada para este período em questão, e R\$ 1,00. Multiplicado pelo número de Novas Ações alienadas por tal Controlador Pomifrai no período em questão.

Os pagamentos do Preço Garantido eventualmente devido a qualquer dos Controladores Pomifrai, nos termos da cláusula XI do Acordo de Incorporação, deverão ser efetuados pela Companhia em relação às Novas Ações (com exceção das Ações Vinculadas), após o 3º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, em relação às Ações Vinculadas após o 5º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Com base no preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, a eventual diferença será paga ao final de 03 (três) anos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de intenção da venda dos antigos controladores da Pomifrai Fruticultura S/A, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações por ano, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações por mês e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações por dia, ou seja, as vendas não são cumulativas.

O encerramento do prazo de comercialização destas ações, conforme previa o acordo de incorporação, ocorreu em 2013. A Companhia constatou que houve quebra da regra prevista quanto ao limite de vendas, anual, mensal e diário por parte de um dos controladores Pomifrai, de acordo com a Cláusula Décima Primeira, item 11.1.3 "A Companhia estará automaticamente desobrigada a pagar o Preço Garantido devido a um Controlador Pomifrai caso: (i) tal Controlador Pomifrai descumpra, a qualquer tempo, o cronograma de negociações estabelecido na Cláusula Décima".

Em junho de 2014, foi realizado o pagamento parcial para os acionistas controladores da Pomifrai que respeitaram o acordo de incorporação, sendo assim, foi quitado com a entrega de dois terrenos de propriedade da Companhia (em agosto de 2014) o montante de R\$ 269. O restante da dívida no valor de R\$ 383, será quitada em 13 parcelas mensais a partir de junho de 2016. Como prevê o acordo de incorporação aprovado pela AGE, a Companhia provisionou valores da diferença entre o preço mínimo garantido e o valor bruto médio de alienação das Ações Vinculadas que estão sendo negociadas pelos Controladores Pomifrai, conforme demonstrativo abaixo.

Provisão Garantia Preço Mínimo Ações	Ações Sujetas ao Preço Mínimo	Ações Vendidas	Valor Provisionado
Posição em Dezembro/2014	172.603	121.399	1.766
Ações Negociadas 1T2015	22.578	22.578	372
Ações Negociadas 2T2015	27.889	27.889	450
Ações Negociadas 3T2015	23.653	23.653	564
Ações Negociadas 4T2015	-	-	-
Posição em Dezembro/2015	122.136	116.088	3.152

A Companhia instaurou formalmente "pedido de instauração de arbitragem", contra os antigos administradores da Pomifrai, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Pomifrai pela Renar, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a Renar a obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação.

Tendo em vista que, durante os períodos de garantia, o preço médio de venda de ações da Renar detidas por ex-acionistas da Pomifrai foi inferior à cotação mínima garantida, alguns desses então acionistas cobraram ou vêm cobrando o pagamento da respectiva diferença. Com base no pedido de instauração de arbitragem a Companhia deixou de provisionar os valores e passou a discutir os valores judicialmente. O valor de R\$3.152, provisionado pela Companhia em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao valor contido na notificação extrajudicial enviada pelos antigos controladores da Pomifrai.

19 PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
	2015	2014	2015	2014
INSS	2.007	1.916	2.352	3.642
ICMS	49	46	379	411
IRRF	-	-	-	14
IRPJ/CSLL	-	-	-	97
Total	2.056	1.962	2.371	4.053
			2.206	2.203
			3.559	4.851

A Companhia formalizou junto à Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$ 4.787, sendo R\$ 2.056 mil no curto prazo e R\$ 2.731 no longo prazo. No consolidado temos o valor total de R\$ 5.765 mil de tributos parcelados, sendo R\$ 2.206 no curto prazo e R\$ 3.559 no longo prazo.

20 TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de Renda Diferido	2.584	2.636	7.030	7.418
Imposto de Renda Diferido	939	958	2.539	2.680
	3.523	3.594	9.569	10.098

Os valores de R\$9.569 e R\$3.523 (R\$10.098 e R\$3.594 em 2014). Consolidado e Controladora, respectivamente, são compostos por impostos diferidos registrados sobre a reserva de reavaliação realizada em 30 de setembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14. O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**21.1 Capital social**

Em 23 de junho de 2015 foi concluído o aumento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizado em 24 de abril de 2015 ("Aumento de Capital"), passando o capital social da Companhia para R\$133.173, representado por 9.093.745 (nove milhões, noventa e três mil, setecentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, já totalmente integralizado.

20.2 Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresas especializadas por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
	57.340	25.847	31.493

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contra partida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de R\$4.159 em dezembro de 2006. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota explicativa nº 14.

20.3 Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá à 20% do capital social.

20.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 2015 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 2015 não foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social pelo fato de ter havido prejuízo fiscal no exercício.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

23 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Despesas Financeiras	(5.779)	(4.991)	(10.664)	(10.027)
Juros e Despesas sobre Endividamento	(4.354)	(3.267)	(8.842)	(7.245)
Variações Monetárias Passivas	(26)	(83)	(28)	(88)
Variações Cambiais Passivas	-	(23)	(3)	(23)
Outros	(1.399)	(1.618)	(1.791)	(2.671)
Receitas Financeiras	125	237	157	302
Variações Monetárias Ativas	73	105	73	105
Variações Cambiais Ativas	-	64	-	64
Recebimentos de Aplicações Financeiras	1	15	1	16
Outras	51	53	83	117
	(5.654)	(4.754)	(10.507)	(9.225)

24 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ganho na venda de imobilizado (a)	-	2.772	-	2.772
Reversão de ganho na venda de imobilizado (a)	(2.772)	-	(2.772)	-
Outras provisões de perdas	(1.442)	-	(1.598)	-
Outras receitas (despesas)	-	1.958	-	2.661
	(4.214)	4.730	(4.370)	5.433

a. Conforme comentado na nota explicativa nº10, em 11 de setembro de 2015 a Companhia celebrou um distrito da venda de terreno realizado em novembro de 2014 para a Empresa Pomagri Frutas Ltda. Na ocasião da venda, o valor registrado no ativo imobilizado foi de R\$2.788, enquanto o valor da venda registrada na rubrica "alienações de bens a receber" foi de R\$5.560, sendo auferido um ganho na venda de ativo imobilizado no valor de R\$2.772. Com isso, foi realizado o estorno contábil dessa operação, sendo que o referido terre no foi novamente registrado na rubrica "ativo imobilizado" pelo seu valor contábil à época.

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCO**

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

25.1 RISCO CAMBIAL

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira. Outra forma utilizada pela Companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 2015 a Companhia não possuiu contratos dessa natureza em aberto.

25.2 RISCO DE CRÉDITO

As vendas a prazo para clientes na Europa e Ásia estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

25.3 RISCOS DE TAXA DE JUROS

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota explicativa nº 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

25.4 DERIVATIVOS E OPERAÇÕES DE HEDGE

A Companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

26 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramos	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência Final
Risco Operacionais	Danos Materiais	36.000	83.300	26/06/2016
Responsabilidade Civil	Danos Corporais	-	16.000	21/03/2016
Diretores/Funcionários	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	24/06/2016
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	350	350	26/06/2016

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

27 ACORDO DE INCORPORAÇÃO

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S.A. e Pomifrai Fruticultura S.A. em 02 de dezembro de 2009 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28 de setembro de 2010 e aprovado em AGE.

28 DADOS PARA A INCORPORAÇÃO

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S.A., bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), o qual foi aprovado em AGE em 28 de setembro de 2010.

Em 30 de setembro de 2010 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores

Descrição	Valor
D - Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D - Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C - Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise dos peritos da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S.A. a preços de mercado, calculado pela abordagem dos ativos na data de 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 48.586.

O valor justo das 30.000.000 de ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação e transferidas em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S.A. e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda. é de R\$ 1,62 (reais) por ação.

O valor dos ativos adquiridos exclui R\$79 de Ativo Circulante, R\$630 de ativo não circulante e R\$4.758 de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2016, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de, no mínimo, R\$6.901.000,00 (seis milhões e novecentos e um mil reais) e, no máximo, R\$11.999.700,00 (onze milhões, novecentos e noventa e nove mil e setecentos reais), mediante emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 2.060.000 (dois milhões e sessenta mil) e, no máximo, 3.582.000 (três milhões quinhentos e oitenta e dois) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os recursos decorrentes do aumento de capital serão utilizados, prioritariamente, para reforço do capital de giro, melhorar o perfil de endividamento e em para pagamento de débitos com fornecedores e quitação de dívidas da Companhia.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2015, Ata 62ª, a Administração estabelece alteração da denominação social da Companhia para Pomifrutis S.A., com consequente criação, perante a BM&F BOVESPA, do código de negociação FRUT3. A alteração da denominação social encontra-se em registro na JUCESC.

30 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (em reais)

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observadas as restrições legais, será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2015, foram fixados os valores das remunerações dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia, da seguinte forma: remuneração global dos membros da diretoria no valor mensal total de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), dos membros do conselho de administração no valor individual de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) e dos membros do conselho fiscal no valor individual de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 18, inciso XII, do Estatuto Social da Companhia, distribuir as remunerações individuais dos Administradores, dentro limite ora proposto.

31 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compõem o conselho de administração:

Marcos Kassardjian – Diretor de Controladoria e RI

Luis Antonio Lopez Quintañs

Marcio Guedes Pereira Junior

Rogério Pereira de Oliveira

Bruno Keesse Pinto

32 CONSELHO FISCAL

Titular:

Marcio Almeida Andrade

Osmar Luiz Soligo

Nivaldo França

Suplente:

Jean Pierre Marcon

Evandro Luciano Tezori

33 CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESAO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

"Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

A Companhia encontra-se em dois processos movidos junto a Câmaras de Arbitragem, conforme comunicações de fatos relevantes datados de 30 de outubro de 2015 e 18 de dezembro de 2015.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 30/10/2015

Conforme comentado na nota explicativa nº18 a Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomifrutis relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomifrutis relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomifrutis com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomifrutis pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomifrutis pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, Empréstimos e Financiamentos, a Companhia possui dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, no valor de R\$86.138 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2015. O referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, cujos valores contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 somam R\$60.890 mil no consolidado. A Companhia não registrou em suas demonstrações financeiras referidas operações, portanto, em 31 de dezembro de 2015 o patrimônio líquido está subavaliado em

R\$23.751 mil no consolidado.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **RENAR MAÇAS S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *“International Accounting Standards Board – IASB”*.

Ênfases

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. O referido contrato teve seu vencimento em junho de 2014, tendo sido renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Considerando que a Companhia Renar Maças S.A. e a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A., em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. A continuidade das operações fica sujeita à redução de custos, captação de novos recursos financeiros, além de outras medidas administrativas mencionadas nas notas explicativas nº 1, que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com modificação, datado de 27 de fevereiro de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3, que foram efetuados para alterar as informações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2014 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2014 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Fraiburgo 24 de março de 2015.

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2